

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC RAFAEL REIS DA SILVA

**SEGUNDA INTIFADA (2000-2005):
As ações de guerra irregular na visão do insurgente.**

Rio de Janeiro

2024

CC RAFAEL REIS DA SILVA

**SEGUNDA INTIFADA (2000-2005):
As ações de guerra irregular na visão do insurgente.**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CF (FN) RAFAEL ALVES
RODRIGUES FERREIRA

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha estimada família, à Escola de Guerra Naval e aos dedicados professores e instrutores que passaram pela minha vida, em especial ao CF (FN) RAFAEL ALVES RODRIGUES FERREIRA, meu orientador, e o CF (FN) EDUARDO CRUZ GALVÃO, coorientador, que contribuíram muito no avanço desta dissertação. Não posso deixar de citar três importantes pessoas em minha vida que também dedico esta dissertação: CC CARLOS DANIEL SODRÉ VIEIRA, Sra. GISELA SILVA SIQUEIRA, Sra. ISIS COSTA RODRIGUES e Sra. DANIELLE MONTEIRO DOS SANTOS, cujo apoio e inspiração foram fundamentais para a realização deste trabalho. Por fim, peço que a harmonia cujo encontrei em cada lição e em cada sorriso familiar e amigo seja um reflexo da paz que almejamos para o Oriente Médio, onde judeus e palestinos possam compartilhar um futuro de entendimento mútuo e respeito.

AGRADECIMENTO

Inicialmente, agradeço a Deus pela dádiva da vida, pelas bênçãos, saúde, sabedoria, energia e oportunidades que me conduziram até este momento.

Expresso minha profunda gratidão aos meus queridos pais, José e Rosângela, cujo amor e apoio incondicional foram o alicerce da minha jornada. A vocês, devo não apenas minha existência, mas também a persistência e a coragem que me guiaram até aqui. Aos meus irmãos, Joseane e Rodolfo, agradeço pelas lições compartilhadas e pelos momentos de união que fortaleceram nosso vínculo fraterno, estendendo aos seus conjuges e meus cunhados Eraldo e Aline, pela amizade e pelo companheirismo. Aos meus sobrinhos, Lettícia, Bernardo e Olívia, que está por vir, agradeço pelo cotidiano que ilumina os meus dias e me lembra da alegria e orgulho de ser tio e padrinho. Agradeço também aos meus avôs Assis e Odaléa, que se encontram em outra vida, por ter sempre dado todo apoio e carinho a este neto.

Um agradecimento especial é dedicado às minhas filhas, Larissa e Maria Luiza. Vocês são a maior inspiração da minha vida e a razão pela qual busco ser a melhor versão de mim mesmo. Cada conquista minha também pertence a vocês, que são meu maior orgulho. À minha cachorra Mel, uma filha para mim, agradeço por ser a companheira leal que sempre me recepciona com entusiasmo e amor incondicional. Não posso deixar de agradecer as mães das minhas filhas, Fernanda e Carolina, por ter presenteado em minha vida as “princesas” do meu reino. Muito obrigado!

À minha gratidão aos meus tios, em especial ao tio Luís, primos, compadres, irmãos de fé e amigos que construí pela vida, assim como, amigos da Marinha do Brasil. O companheirismo e a camaradagem que encontrei em vocês foram fundamentais para que eu mantivesse o foco e a determinação nos momentos mais desafiadores. A Escola de Guerra Naval merece um reconhecimento relevante por ter sido um ambiente de aprendizado e desenvolvimento, onde pude me aperfeiçoar mais como profissional do mar.

Por último, agradeço a todos que, de forma direta ou indireta, colaboraram para conclusão deste trabalho. Cada palavra aqui presente é um reflexo do apoio, da motivação e da crença que cada um de vocês depositou em mim. Com sinceros agradecimentos, inicio esta dissertação ciente de que as conquistas são coletivas e que a gratidão é o sentimento que melhor expressa o valor das nossas relações humanas.

“Todos nós desejamos ajudar uns aos outros. Os seres humanos são assim. Desejamos viver para a felicidade do próximo – não para o seu infortúnio. Por que havemos de odiar e desprezar uns aos outros? Neste mundo há espaço para todos. A terra, que é boa e rica, pode prover a todas as nossas necessidades.”

Charlie Chaplin

RESUMO

Nas últimas décadas, a guerra irregular tem apresentado visibilidade em relação as guerras regulares ou convencionais. Grupos insurgentes estão desafiando o monopólio do uso da força pelos Estados. No Oriente Médio, essa forma de guerra cresceu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com aplicações de táticas de guerrilhas e atentados suicidas. Este trabalho tem como objetivo analisar se as ações do grupo palestino Al-Fatah durante os conflitos com Israel, entre 2000 e 2005, na guerra denominada Segunda Intifada, estão alinhadas com o modelo teórico de contrainsurgência, focando nas quatro leis e oito passos da teoria do Coronel francês David Galula, na perspectiva do grupo insurgente.

Uma pesquisa investigativa foi realizada para confecção deste trabalho. Após análise, as estratégias de Al-Fatah em termos de ganhar apoio popular e criar um ambiente insustentável para as forças israelenses foram aderidas conforme a teoria de Galula apresentadas no estudo. Outrossim, como parte desta investigação, optou-se por confrontar a teoria com a realidade.

Logo, esta dissertação possui informações de uma perspectiva detalhada das complexidades da guerra irregular durante a Segunda intifada, principalmente para Marinha do Brasil (MB), para atualização de técnicas de combate não convencional para prontidão de defesa territorial ou no ambiente internacional.

Palavras-chave: Guerra irregular. Insurgentes. Palestino. Al-Fatah. Israel. Contrainsurgência. Teoria. Oito passos. David Galula. Apoio popular.

ABSTRACT

The Second Intifada (2000-2005): The irregular warfare actions from the insurgent's perspective

In recent decades, irregular warfare has gained prominence compared to regular or conventional wars. Insurgent groups are challenging the monopoly of force held by states. In the Middle East, this form of warfare has grown since World War II (1939-1945), with the use of guerrilla tactics and suicide bombings. This study aims to analyze whether the actions of the Palestinian group Al-Fatah during conflicts with Israel between 2000 and 2005, known as the Second Intifada, align with the theoretical model of counterinsurgency. The focus is on the four laws and eight steps of French Colonel David Galula's theory, in the perspective of the insurgent group.

An investigative research approach was employed to create this work. After analysis, Al-Fatah's strategies, aimed at gaining popular support and creating an unsustainable environment for Israeli forces, adhered to the Galula's theory as presented in the study. Furthermore, as part of this investigation, the theory was confronted with reality.

Thus, this dissertation provides insights into the complexities of irregular warfare during the Second Intifada, particularly for the Brazilian Navy (MB), informing unconventional combat techniques for territorial defense readiness both nationally and internationally.

Keywords: Irregular warfare. Insurgents. Palestinian. Al-Fatah. Israel. counterinsurgency. Theory. Eight steps. David Galula. Popular support

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EUA	Estados Unidos da América
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviética
FDI	Forças de Defesa de Israel
MB	Marinha do Brasil
OLP	Organização pela Libertação da Palestina
ONU	Organização das Nações Unidas
UE	União Europeia
ANP	Autoridade Nacional Palestina
CFT	Comandante da Força Tarefa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	ASPECTOS TEÓRICOS.....	11
2.1	CONFLITO.....	11
2.2	GUERRA IRREGULAR	12
2.3	VIOLÊNCIA E VIOLÊNCIA CULTURAL INSTITUCIONALIZADA.....	13
2.4	TEORIA DE CONTRAINSURGÊNCIA DE DAVID GALULA.....	14
2.4.1	A primeira lei.....	15
2.4.2	A segunda lei.....	15
2.4.3	A terceira lei.....	16
2.4.4	A quarta lei.....	17
2.4.5	Os oito passos.....	17
3	SEGUNDA INTIFADA OU INTIFADA DE AL-AQSA.....	19
3.1	ISRAEL: SUA HISTÓRIA.....	19
3.2	A PALESTINA E O SURGIMENTO DO AL-FATAH.....	22
3.3	A GUERRA DE 2000 A 2005.....	28
4	TEORIA X REALIDADE	36
5	CONCLUSÃO.....	40
	REFERÊNCIAS.....	44
	ANEXOS	46

1 INTRODUÇÃO

Após 1945, com o término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), dois eventos importantes transformaram o mundo e o cenário internacional: a descolonização e a Guerra Fria (1947-1989). Estes acontecimentos moldaram o ambiente global por situações ideológicas a partir do uso da violência.

A descolonização da África, em particular, ocorreu em um contexto de enfraquecimento dos colonizadores europeus e foi impulsionada pela grande baixa populacional após a guerra, devido a milhares de morte em combate. O declínio do poder europeu contribuiu para lutas por autonomia das colônias africanas que haviam participado da guerra em prol de seus colonizadores, porém não obtiveram a autonomia esperada após o conflito, resultando nos movimentos nacionalistas que buscavam a independência. Sobre a Guerra Fria, o mundo dividiu-se entre as potências Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS), disputando hegemonia global.

Ao longo da história, os conflitos têm sido uma constante nas sociedades. Obter o poder, frequentemente, resulta em enfrentamentos, que podem levar tanto ao declínio de civilizações quanto a criação de novas. A aplicação da força é realizada de maneira extrema para garantia dos direitos, a partir da vontade, muitas vezes discordantes. Vale acentuar que os referidos conflitos podem ser classificados em dois tipos: conflitos convencionais de alta intensidade, que seguem padrões estabelecidos e são caracterizados por confrontos diretos e massivos, com contingentes de artilharia, por exemplo; e conflitos assimétricos, onde a guerra irregular é utilizada, envolvendo táticas não convencionais, como guerrilhas, sabotagem e ataques surpresa.

Atualmente, o Oriente Médio é onde se encontram conflitos armados em grande escala. Foi nesse cenário que surgiram o cristianismo, o judaísmo e o islamismo, como três religiões importantes que pregam a existência de um só Deus ou divindade. Além disso, o Estado de Israel, criado em 1948, está inserido nesse contexto complexo, sendo o campo de batalha entre os judeus e os árabes em várias guerras até os dias atuais.

Entretanto, nos últimos anos, Israel enfrenta um desafio significativo: o combate a inimigos não estatais em defesa do seu território - os grupos insurgentes contra o

Estado israelense. Dentre os grupos conhecidos, destaca-se o grupo palestino Al-Fatah ou Fatah.

Sendo assim, este trabalho foi motivado para fornecer uma visão abrangente e contextualizada da Segunda Intifada, também conhecida como Intifada de Al-Aqsa, que foi um período de conflito intenso e violento entre Israel e grupos palestinos, que eclodiu em setembro de 2000. Esse conflito foi explorado sob a ótica do grupo insurgente Fatah, sendo uma das principais facções palestinas envolvidas, combinando a perspectiva do grupo citado com a teoria do Coronel do exército francês David Galula.

O objetivo deste trabalho é encontrar, a partir de uma pesquisa investigativa, a resposta da seguinte pergunta: as ações do grupo Al-Fatah, classificado como um grupo insurgente pela maioria da comunidade internacional, no conflito com o Estado de Israel na Segunda Intifada, possuem relações com o modelo teórico proposto por David Galula em relação ao apoio da população? Para sintetizar o estudo deste trabalho, o método empregado envolveu uma análise comparativa entre a teoria escolhida com a realidade.

Este trabalho foi confeccionado em cinco capítulos, sendo este capítulo a introdução. Em seguida, o segundo capítulo informa os aspectos teóricos utilizados no trabalho, tendo a teoria de contrainsurgência de Galula a principal. O terceiro capítulo informa o histórico do Estado de Israel, a Palestina e surgimento do Al-Fatah e, por fim, o que foi a Segunda Intifada. O quarto capítulo compara o caso real com o modelo teórico.

No último capítulo, são informadas as conclusões e sugestões para futuras pesquisas, explorando variáveis não abordadas neste trabalho. Ressalta a relevância do tema e suas consequências para a Marinha do Brasil (MB), no ambiente nacional e internacional, onde a Força Naval brasileira estivera ou estão presentes em conjunturas de guerra irregular, não impossibilitando que essa experiência retome em futuras operações.

2 ASPECTOS TEÓRICOS

Com o intuito de embasar as análises expostas neste trabalho, este capítulo discorre as teorias de conflito, guerra irregular, violência e violência cultural institucionalizada, além de expor o modelo teórico de contrainsurgência desenvolvido pelo Coronel francês David Galula.

Assim, o capítulo em lide encontra-se dividido em quatro partes distintas. A primeira parte tem como objetivo explorar alguns conceitos essenciais relacionados ao fenômeno do conflito. A segunda parte aborda os conceitos pertinentes à guerra irregular. A terceira delinea os conceitos de violência e violência cultural institucionalizada. E a última parte, os aspectos relevantes da teoria de Galula.

2.1 Conflito

O conflito é uma característica intrínseca das sociedades, impulsionado pelos interesses e objetivos de grupos, organizações e Estados. É uma expressão das dinâmicas sociais que podem criar tensões e até mesmo desencadear lutas. O conflito surge quando há uma tentativa de um lado dominar o outro para impor seus interesses, sejam por meios políticos, econômicos, sociais ou culturais.

Entre alguns teóricos, aponta-se como importante o teórico francês Julien Freund que informa o conflito sendo um confronto intencionado entre dois seres ou grupos da mesma espécie que manifestam em relação um ao outro, a fim de manter o direito, tratam de quebrar a resistência do outro eventualmente pelo recurso à violência, que pode tender ao aniquilamento do seu adversário (Freund, 1995).

Entre outras definições existentes sobre conflito, Freud apresenta também que o conflito é um elemento incluso em uma sociedade onde a sua eliminação absoluta seria utópica (Freund, 1995). Embora esta eliminação do conflito possa ser utópica, é possível aprender a lidar com o confronto de forma pacífica e produtiva. Isso envolve a formação de técnicas em comunicação, negociação, resolução de conflitos, respeito mútuo e cooperação.

De acordo com a teoria de contrainsurgência de David Galula ao combate a insurgência¹, o insurgente pode demonstrar suas razões diretas e fundamentada para obter apoio. Sendo assim, com o avanço da guerra, o conflito torna-se primordial (Galula, 1964).

Diante das definições citadas, a abordagem proposta neste trabalho oferece uma perspectiva importante para entender as dinâmicas de um conflito na região do Oriente Médio, especialmente no contexto da Segunda Intifada.

2.2 Guerra irregular

Neste subcapítulo, são informados alguns conceitos importantes sobre guerra irregular² com a finalidade de compreender melhor o tema deste trabalho.

O conceito prático e adotado de guerra irregular é todo o conflito que terá uma força que não possui uma organização militar formal e sem uma doutrina jurídica a ser seguida (Visacro, 2018). Para David Galula, a guerra irregular é considerada um confronto longo e minucioso, passo a passo, com propósitos intermediários que ocasionarão à derrubada da ordem em vigor (Galula, 1964).

De acordo com analistas, com o fim da Segunda Guerra Mundial, houve mais de 80 conflitos que podem ser denominados como guerra irregular, tornando-se um método de conflito mais frequente de ocorrer. Logo, este tipo de conflito armado é a forma mais antiga de combate, por motivo de que antecede as primeiras forças combinadas em, aproximadamente, 3.000 a.C., no Oriente Médio (Visacro, 2018).

Os aspectos tangíveis e intangíveis do poder na dinâmica da guerra irregular são determinantes para entender a estratégia tanto do insurgente quanto do contrainsurgente. Ao compreender essa dinâmica entre poder tangível e intangível, tanto o insurgente quanto o contrainsurgente podem ajustar suas estratégias e táticas para maximizar suas vantagens competitivas e alcançar seus objetivos no contexto da guerra irregular. Portanto, o insurgente procura transformar esse poder intangível em tangíveis, ampliando seu poder concreto (Galula, 1964).

1 Insurgência (MB) – “Uso intensivo das práticas de guerra irregular por um grupo radical ou movimento extremista, que recorre à luta armada para a consecução de seus objetivos” (Brasil, 2015, p. 148).

2 Guerra Irregular (MB) – “Conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais convencionais, contra um governo estabelecido (movimento revolucionário) ou um poder de ocupação (movimento de resistência). Engloba a guerra de guerrilhas, a subversão, a sabotagem e o apoio à fuga e evasão” (Brasil, 2015, p. 136).

Vale ressaltar que, frequentemente, a guerra irregular surge sem que seja declarada, reconhecida ou percebida, sendo oculta. Porém, é invariavelmente incompreendida pelo Estado e por diversos movimentos da sociedade civil que se mostre tão vulnerável a esse tipo de ameaça. A principal questão é que, sem conhecimento, a sociedade se torna mais suscetível, em propaganda de facções extremistas, assim como, ao uso da violência e coerção, sendo intimidada fisicamente e psicologicamente (Visacro, 2018).

Referente ao insurgente, outro fator importante é o material, já que não disfruta de recursos financeiros para aplicar, sendo normal a busca de suporte no exterior, o conflito armado torna-se menos oneroso e bem simples (Galula, 1964).

Por fim, a compreensão da guerra irregular é essencial para qualquer análise aprofundada dos conflitos contemporâneos. A capacidade de reconhecer e responder adequadamente aos desafios apresentados por esse tipo de conflito pode ter ramificações significativas para a segurança e estabilidade em um cenário regional ou internacional.

2.3 Violência e violência cultural institucionalizada

Outro conceito importante a ser considerado é o da violência, conforme elaborado por Julien Freund:

A violência consiste em uma relação entre poderes e não simplesmente entre forças que se desenvolve entre vários seres (pelo menos dois) ou grupos humanos de dimensão variável que renunciam a outras formas de manter relações entre eles, para forçar direta ou indiretamente o outro a agir contra sua vontade e executar os desenhos de uma vontade estranha, sob as ameaças de intimidação, de meios agressivos ou repressivos, capazes de atacar intimidação, de meios agressivos ou repressivos, capazes de atacar a integridade física ou moral do outro, contra seus bens materiais ou contra suas ideias mais preciosas, que arrisca a aniquilação física em caso de resistência suposta, deliberada ou persistente (Freund, 1995, p.84, tradução própria)³.

3 Do original: "A la violencia consiste en una relación entre poderes y no simplemente entre fuerzas que se desarrolla entre varios seres (al menos dos) o grupos humanos de dimensión variable que renuncian a otras maneras de mantener relaciones entre ellos, para forzará directa o indirectamente al otro para que actúe contra su voluntad y ejecute los diseños de una voluntad extraña, bajo las amenazas de la intimidación, de medios agresivos o represivos, capaces de atentar contra la intimidación, de medios j agresivos o represivos, capaces de atentar contra la integridad física o moral del otro, contra sus bienes materiales o contra sus ideas más preciadas, que se arriesga a la aniquilación física en caso de resistencia supuesta, deliberada o persistente".

Freund ressalta a importância crucial da violência que se encontra no meio do conflito armado. De acordo com sua análise, a violência, seja efetiva ou potencial, é o elemento central que confere ao conflito todo o seu significado (Freund, 1995).

Outra definição de violência é em relação ao poder. A utilização da violência enfatiza o descarte de outros meios ou pelo menos subordiná-los ao seu poder (Freund, 1995).

Sobre a violência cultural institucionalizada, segundo Alessandro Visacro:

A violência social assegura sua continuidade quando perdura no tempo, tornando-se o principal legado deixado de uma geração para a outra, como uma herança cultural quase institucionalizada – uma espécie de “cultura da violência”. As crianças-soldados da África subsaariana, os jovens das áreas urbanas brasileiras que aspiram ingressar nos grupos armados do tráfico de drogas ou, ainda, as crianças palestinas ornadas de homens-bomba e educadas para se sacrificarem como mártires contribuem sobremaneira para fomentar um ambiente favorável à condução da guerra irregular (Visacro, 2018, p.230).

Pode-se deduzir que a violência cultural institucionalizada é muitas vezes invisível e internalizada, tornando-se parte de uma ordem social de aceitação. Porém, deve-se enfatizar a importância de reconhecer e desafiar essas formas de violência, promovendo a justiça social, a igualdade de direitos e a inclusão.

2.4 Teoria de contrainsurgência de David Galula

Neste subitem, a teoria de Galula sobre a guerra de contrainsurgência é apresentada, sendo o total de quatro leis e seus oito passos. Vale lembrar que as referidas leis são aplicadas às ações insurgentes da violência empregada em combate. Destaca-se que os conceitos das leis são relacionados a partir da visão do grupo insurgente Al-Fatah.

Conforme citado por Galula (1964), em uma guerra regular, em primeiro plano são realizadas as atividades militares, e no segundo plano, a diplomacia, a publicidade e a pressão econômica são os principais pontos que atingem os objetivos políticos.

Em uma guerra irregular, o objetivo é a própria população, sendo na visão do insurgente, é necessária persuadi-la ao apoio e participação de seu dever. Em relação à visão da força inimiga, manter submissa ou neutra a população, porém, favorável ao contrainsurgente (Galula, 1964).

Seguem abaixo as quatro leis a partir de uma descrição concisa dentro da ótica do modelo teórico de David Galula.

2.4.1 A primeira lei

Esta lei é abordada a relação entre a autoridade de um Estado e os insurgentes em direção ao combate entre as partes, buscando o suporte da população.

A primeira lei de Galula apresenta a relevância do apoio da população na guerra irregular para ambos os lados. Porém, existem problemas nas ações. Para o contrainsurgente, o principal óbice é a limpeza e manutenção de uma área estabelecida com a finalidade de negar o controle dos insurgentes. Para o insurgente, o apoio da população é essencial para mobilizar recursos, recrutar combatentes e obter legitimidade para suas ações. Para o contrainsurgente, o apoio da população é vital para adquirir dados de inteligência, dismantelar redes insurgentes e construir estabilidade e ordem (Galula, 1964).

Caso os insurgentes obtenham êxito em desagregar a população do lado oposto, coordená-la, de modo físico, e adquirir seu apoio, eles têm uma vantagem significativa na guerra irregular. Como o exercício do poder político possui dependência com consentimento ou da submissão da população local, sua lealdade é fundamental para o sucesso de qualquer lado no conflito (Galula, 1964).

Por fim, a autoridade de um Estado e sua fidelidade são peças primordiais para obter o apoio da população, restaurando e mantendo a ordem dos conflitos internos para a vitória da contrainsurgência.

2.4.2 A segunda lei

Seguindo as definições, esta lei é enfatizada a necessidade de um Estado ganhar e manter o apoio da população. A segunda lei de Galula destaca a importância da mobilização de uma minoria ativa e o empenho de toda sociedade contra a insurgência. Ao adotar uma abordagem abrangente e integrada, em qualquer caso, terá uma minoria ativa a favor, uma maioria isenta e uma minoria oposta (Galula, 1964).

Para obter um resultado satisfatório, deve-se conquistar uma minoria apoiadora de modo que esta estimule uma parte indefinida com a finalidade de reduzir ou eliminar a minoria agressiva. Sendo assim, as estratégias política e militar relacionadas com os aspectos econômico, social e psicológico, obtém o efeito desejado (Galula, 1964).

Logo, a definição resumida desta lei é que a guerra não é vencida somente com armamento e violência, mas sim com governo do Estado garantir o bem-estar e o respeito do seu povo.

2.4.3 A terceira lei

Sobre a terceira lei de Galula, pode-se mencionar a visão da estratégia de contrainsurgência de forma bem planejada e executada, tendo sempre o apoio da sociedade local.

A referida lei ressalta a determinação, a capacidade e a integração de esforços por parte da força contrainsurgente para conquistar o apoio da população e neutralizar a insurgência. Portanto, o apoio da população é condicional. A confiança da população na capacidade do contrainsurgente em protegê-la é fundamental para garantir seu apoio. Isso requer não apenas a dissipação do medo de ameaças por parte dos insurgentes, mas também a construção de confiança por meio de ações militares e policiais, seguidas por medidas políticas que beneficiem a população (Galula, 1964).

Os contrainsurgentes devem demonstrar uma determinação inabalável e uma capacidade efetiva de vencer a rebelião para conquistar o apoio da população. Isso é alcançado quando a sua causa é adotada e defendida por uma organização política que se eleva da própria população (Galula, 1964).

Conclui-se que a terceira lei de Galula tem um valor de uma abordagem paciente e organizada na contrainsurgência, com a função de estabilizar e ganhar o apoio da população, durante o conflito, antes de passar para uma próxima etapa.

2.4.4 A quarta lei

Finalizando as definições das leis, a quarta lei de Galula sugere que as estratégias de contrainsurgência devem ser flexíveis e adaptáveis.

A quarta lei indica a intensidade, concentração e persistência de esforços na contrainsurgência, enfatizando a necessidade de uma abordagem gradual e coordenada para afastar a população da influência insurgente e alcançar os objetivos contrainsurgentes. Essa teoria requer uma combinação de determinação, recursos adequados e adaptação às condições específicas do conflito. Entretanto, os esforços não devem ser espalhados indiscriminadamente por todo o país, ou seja, devem ser aplicados em cada área ou território, gradativamente (Galula, 1964).

Com isso, afirma-se que a capacidade em se adaptar de forma rápida aos novos desafios é essencial para o feito a longo prazo das operações de contrainsurgência.

2.4.5 Os oito passos

A estratégia de contrainsurgência em relação as quatro leis de Galula é formada por oito passos que são um conjunto de princípios que o próprio criou para orientar os métodos de operações de contrainsurgência.

O primeiro é concentrar um contingente armado bem forte para expulsar os insurgentes do local desejado. O segundo é destacar soldados em quantidade considerável para impedir o retorno dos insurgentes. O terceiro é fazer contato com a população e controlar sua movimentação para derrotar os insurgentes. O quarto é buscar a eliminação ou extermínio das instituições políticas dos insurgentes (Galula, 1964).

No quinto passo, as lideranças civis surgidas devem ser inseridas de acordo com o processo de eleições. Continuando o sexto passo, as lideranças eleitas designam tarefas para testes, com finalidade de substituição das inadequadas, se necessário. O sétimo passo recomenda reunir e educar as lideranças em uma ação política nacional. E, por fim, no oitavo passo, sendo o mais decisivo, deve-se extinguir os resquícios de revoltosos, aniquilando-os (Galula, 1964).

A estratégia contra a insurgência requer um relacionamento incompreensível entre diversos atores da parte contrainsurgente, como os civis e militares. Quando esses atores não conseguem se relacionar, o combate contra a insurgência se torna complicado, facilitando as ações dos insurgentes. A coordenação e cooperação entre os diferentes setores são fundamentais para o êxito da operação contrainsurgência.

Assim, este trabalho procura examinar a teoria de David Galula a partir da concepção do insurgente, onde a abordagem é centrada na população como essencial para o sucesso na guerra irregular. No próximo capítulo, é fornecida uma descrição da história da Segunda Intifada.

3 SEGUNDA INTIFADA OU INTIFADA DE AL-AQSA

Sobre a Segunda Intifada, vale mencionar antes de descrever o conflito uma visão geral sobre a origem do Estado judeu, o território palestino e o Fatah. O objetivo é adquirir uma compreensão mais profunda dos eventos históricos que precederam a disputa. É de se supor que essa visão ajuda a entender as razões do confronto entre as partes.

Assim, o capítulo possui três seções, começando com a história da criação de Israel; em seguida, o surgimento do grupo insurgente e a Palestina; e, finalmente, o conflito.

3.1 Israel: sua história

Na primeira seção deste capítulo, discute-se brevemente a criação do Estado de Israel, com o objetivo de entender melhor as razões dos conflitos na região. Portanto, é relevante destacar que os judeus, com o advento do sionismo⁴, buscaram um refúgio, onde pudessem constituir um lar. Em razão dos eventos históricos, tal meta resultou em inúmeros embates com os árabes, causando agitação no passado até os dias de hoje.

Para um entendimento inicial, segue a definição de sionismo político, segundo André Gattaz:

O sionismo político é uma ideologia nacionalista-colonialista, surgida na Europa oriental no final do século XIX, em decorrência da emancipação dos judeus e ameaça da perda de sua identidade cultural e religiosa. O jornalista austríaco Theodor Herzl é considerado o fundador do movimento. Em 1896, Herzl lançou um pequeno livro intitulado “o Estado judeu”, e no ano seguinte promoveu o primeiro congresso sionista em Basileia, na Suíça. O sionismo previa a colonização judaica na Palestina, com a consequente remoção da população árabe nativa – os palestinos – o que veio a originar os conflitos que até hoje se estendem na região (Gattaz, 2003, p.19).

Os debates sobre a criação de um Estado judeu avançaram graças aos esforços de Herzl, permitindo que o movimento sionista negociasse os termos com o Reino Unido. Após o falecimento de Herzl, em 1904, Chaim Weizmann assumiu o comando dos sionistas, prosseguindo com as negociações iniciadas por seu

⁴ Sionismo é um movimento político que emergiu no fim do século XIX e que preconiza a criação de um Estado Nacional independente para os judeus na Palestina (Sand, 2014).

antecessor. As relações com os britânicos se intensificaram, particularmente com Arthur James Balfour, então Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido (Gattaz, 2003).

Com a Declaração Balfour, que foi um bilhete do Ministro Balfour ao banqueiro sionista Lord Rotschild, os sionistas perceberam que, pela primeira vez, depois da última diáspora, poderiam retornar à sua terra de origem. Em 1919, após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Conferência de Paz de Paris deu origem ao Sistema de Mandatos. No ano seguinte, o Tratado de San Remo concedeu ao Reino Unido o mandato sobre a Palestina. A Liga das Nações validou esse sistema e os termos estabelecidos na Declaração Balfour, em 1922 (Gattaz, 2003).

As grandes potências partilharam entre si os territórios pertencentes aos países vencidos na Primeira Guerra Mundial, como a Alemanha e o Império Otomano, a partir de uma divisão denominado sistema de mandatos. Nos domínios árabes, o controle da Síria e do Líbano foi concedido à França, e a Inglaterra obteve a administração da Transjordânia⁵, Iraque e Palestina (Sand, 2014).

Incentivados por esses eventos, judeus de diversas partes do mundo iniciaram um movimento migratório crescente em direção à Palestina, o que levou a um aumento considerável, de quase o triplo da população judaica na área, nos anos de 1930 (Rattner, 2008).

Assim, esta emigração tornou-se um grande risco aos árabes, o que levou, ao início de uma revolta contra as autoridades britânicas e os judeus. O Reino Unido propôs a ideia de divisão do território palestino em um Estado judeu e um Estado árabe, sem aceitação pelos dois lados. Com isso, os britânicos fizeram a escolha de manter em silêncio durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a causa judaica, pois havia interesse pelo apoio dos árabes durante o conflito.

Quando o apoio dos britânicos foi retirado, os judeus que já estavam estabelecidos na Palestina começaram a defender sua presença a partir do uso de força militar. A estratégia adotada envolveu a formação de milícias com o objetivo de exercer pressão sobre as comunidades árabes, numa tentativa de induzi-los a deixar suas residências (Magnoli, 2015). Neste momento, a postura dos judeus foi fincar suas raízes na Palestina e promovê-la como a “nova terra judaica”.

⁵ Transjordânia é uma região da Ásia Ocidental, a leste do rio Jordão, sendo um mandato britânico de 1921 a 1923. Atualmente, é a maior parte da Jordânia (Britannica, 2024).

Com o término da Segunda Guerra Mundial, com a visão do mundo da Alemanha de Hitler em perseguir os judeus, a emigração para a Palestina aumentou e, paralelamente a isso, intensificaram-se os conflitos entre judeus e árabes. Tendo em vista a situação, o Reino Unido informou que realizaria a transferência de responsabilidade da Palestina à Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme a Resolução 181 da Assembleia Geral das Nações Unidas, a proposta era de que o território fosse dividido em seis áreas. Metade seria para os palestinos e a outra metade para os judeus. Jerusalém, um local sagrado para as três principais religiões monoteístas, ficaria sob administração internacional. Jaffa, localizada na costa do Mar Mediterrâneo, seria um enclave palestino dentro do futuro Estado de Israel. Em 14 de maio de 1948, o Estado de Israel⁶ foi criado (Visacro, 2018).

Porém, após a saída do Reino Unido, semanas antes da aprovação da Resolução 181, a ONU, que era esperada para assumir o papel dos britânicos, não tinha a experiência e a autoridade necessárias para manter a estabilidade na região. Essa situação possibilitou que os judeus assumissem o controle da porção de terra que se tornaria o Estado de Israel (Gattaz, 2003).

Os judeus obtiveram uma habilidade combatente essencial, com auxílio dos EUA em recursos financeiros e militares, para conquistar, não somente seu território, mas sim à parte definida, pela ONU, ao povo árabe. Sendo assim, os árabes que viviam na Palestina se retiraram, deixando suas casas e propriedades, refugiando, principalmente, para a Transjordânia e o Líbano. Os judeus rapidamente se estabeleceram nas cidades de Jerusalém, Haifa e Jaffa. De acordo com a divisão, Jerusalém seria administrada internacionalmente, enquanto Haifa e Jaffa seriam administradas pelos árabes, o que ultrapassava os limites estabelecidos pela ONU (Sand, 2014).

Com a retirada árabe, os judeus se mobilizaram para formar um governo provisório no início de abril de 1948, com o objetivo de facilitar a transição para um governo estável. O líder do movimento sionista na época, David Ben Gurion, leu a declaração de independência do Estado de Israel durante uma sessão do Conselho Nacional Judaico, em Tel Aviv. A independência foi imediatamente reconhecida pela então URSS e pelos EUA (Sand, 2014).

⁶ Ver Anexo A – FIG.1 – A formação do Estado hebreu.

À vista dos fatos relatados, destaca-se que o Reino Unido influenciou a questão Palestina⁷. Os britânicos, seguindo seus próprios interesses, não tinham uma solução definitiva e, em diferentes ocasiões, apoiaram tanto os árabes quanto os judeus. Essa postura foi um fator determinante para a violência na região, pois desconsiderou a motivação árabe em oposição à causa sionista

Quando a situação deixou de ser um problema, o Reino Unido passou a questão para ONU, que decidiu pela partilha palestina. Ao mesmo tempo, os judeus preparavam-se para um iminente confronto armado contra o povo árabe, uma vez que estavam sendo custeadas com fundos de judeus no exterior e recebendo treinamento, sobretudo, dos EUA. O apoio externo aos judeus e falta de experiência da ONU foram pontos determinante para o início dos conflitos que persistem até o momento atual no Oriente Médio.

3.2 A Palestina e o surgimento do Al-Fatah

Nesta seção informa-se a formação do Fatah e resumo sobre a origem da Palestina. Assim, para recapitular sucintamente este cenário histórico, destacando os eventos mais significativos que impactaram a Organização pela Libertação da Palestina⁸ (OLP), a representante do povo palestino reconhecida pela ONU e da maioria dos seus membros, é importante enfatizar que a criação do Estado da Palestina representa uma complexidade considerável a ser resolvida.

A Palestina tem suas raízes na antiguidade. É relevante lembrar que a história dos palestinos e judeus, assim como a de outras culturas e religiões, mistura mitos e registros históricos. No Período antigo, a História não era uma ciência exata como é hoje, e seu objetivo não era a precisão dos fatos, mas a construção ou destruição de reputações, povos e civilizações. (Thomaz; de Melo, 2023).

Heródoto, um antigo historiador e geógrafo grego (485-425 a.C.), visitou a região em 450 a.C., e foi ele quem primeiro mencionou o termo “Síria Palestina”. No ano de 333 a.C., Alexandre, o Grande, rei da Macedônia, venceu Dario III, o rei persa,

⁷ A questão Palestina seria a solução do problema na criação de um futuro Estado da Palestina, que até os dias atuais ocupa grande parte das preocupações da ONU (Gattaz, 2003).

⁸ A Organização pela Libertação da Palestina, fundada em 1964, por respaldo dos Estados árabes, com autonomia após três anos de sua criação, onde seu objetivo é a formação do Estado da Palestina (Gattaz, 2003).

na Batalha de Isso⁹, resultando na Palestina, que se tornou parte do império de Alexandre. Após a morte de Alexandre em 323 a.C., seus generais lutaram pelo controle do império. A Palestina e a Síria foram governadas por Ptolomeu, um desses generais que estabeleceu um reino independente no Egito (Britannica, 2019).

Em 301 a.C., ocorreu a Batalha de Ipsos¹⁰ na Frígia, onde uma aliança de ex-generais venceu Antígono Monofthalmo, um antigo general de Alexandre que buscava reunir o império. Essa luta deu origem a uma série de conflitos conhecidos como Guerras Sírias, entre o reino de Ptolomeu e o Império Selêucida. Por volta de 200 a.C., a Palestina passou a ser controlada pelos selêucidas (Britannica, 2019).

Segundo Paloma Guitarrara (2020), no decorrer da história, a região conhecida hoje como Palestina foi habitada e governada por vários povos, incluindo egípcios, israelitas, assírios e babilônios. Durante o período babilônico, os judeus foram expulsos da região. Mais tarde, sob o domínio do Império Romano, os judeus foram novamente expulsos, por volta do ano 70 d.C. Quando o imperador Adriano assumiu o controle, ele renomeou a área como Palestina, em homenagem aos filisteus, um povo que viveu e lutou pela região contra os judeus.

A região começou a ser dominada pelos árabes muçulmanos em 636 d.C., e esse domínio durou até o início do século XX, incluindo um período sob o Império Otomano. O fim do controle árabe na Palestina coincidiu com o surgimento do sionismo no final do século XIX, que buscava o retorno dos judeus à Terra Prometida e a formação de um Estado próprio (Guitarrara, 2020).

Conforme André Gattaz (2003), em relação ao domínio árabe na Palestina do início do século XX:

O medo árabe intensificou-se com a chegada de novos colonos a partir de 1905 – agora não mais judeus que tinham na religião sua principal motivação, como os que haviam imigrado nas duas últimas décadas do século XIX, porém sionistas seculares, que viam na religião somente uma justificativa para a tomada de terras que não lhes pertenciam. O segundo fluxo migratório, ocorrido entre 1905 e 1914, levou mais de 30.000 judeus à Palestina. Embora a região fosse parte do Império Otomano, os sionistas começaram a ali estabelecer seus próprios bancos, escolas e negócios, tornando-se cada vez mais frequente a aparição da bandeira com a estrela de Davi nos estabelecimentos que começavam a formar um Estado judaico dentro do Império Otomano (Gattaz, 2003, p.60).

⁹ Batalha de Isso foi uma das vitórias decisivas pelas quais Alexandre conquistou o Império Aquemênida. A batalha aconteceu na planície de Isso, localizada na costa do Golfo de Iskenderun, na atual Turquia (Britannica, 2024).

¹⁰ A Batalha de Ipsos foi um confronto que ocorreu na pequena cidade de Ipsos, na antiga Frígia, Ásia Menor. Antígono I, que havia convocado seu filho Demétrio para ajudá-lo, foi derrotado e morto por seus rivais Seleuco e Lisímaco (Britannica, 2017).

Em 1909, foi estabelecida o primeiro assentamento coletivo. Até 1914, o número desses assentamentos aumentou para 14 e uma cidade judaica, Tel Aviv, foi fundada. De acordo com as estimativas de 1914, a população judaica na Palestina era de 85.000, dos quais 30.000 eram judeus nascidos na Palestina, em meio a uma população árabe de 580.000. Após a Primeira Guerra Mundial, a imigração judaica para a Palestina retomou em grande escala. Nos primeiros cinco anos da década de 1920, mais 89.000 judeus chegaram à Palestina. Essa imigração maciça alterou a dinâmica da sociedade local, criando as condições para conflitos futuros, à medida que a sociedade local foi transformada em prejuízo de seus antigos habitantes (Gattaz, 2003).

Segundo Muhammed Muslih (1988), os novos imigrantes, que se estabeleceram em assentamentos rurais, eram europeus que não tinham conhecimento ou sensibilidade em relação às tradições árabes na Palestina. Por exemplo, depois de estabelecerem suas colônias, eles impediam o acesso tradicional às pastagens pelas aldeias vizinhas, apreendiam os carneiros que cruzavam as fronteiras e aplicavam multas aos árabes proprietários desses animais. Essas ações resultaram em conflitos violentos entre árabes e judeus. Os árabes sentiam-se excluídos das terras que haviam cultivado por gerações.

Após a instauração do mandato britânico na Palestina, houve um favorecimento à imigração judaica e à criação de instituições que formariam a base para o Estado sionista. Diante da falha em cumprir as promessas de autogoverno e soberania nacional, os palestinos árabes responderam com greves, protestos e ataques a estabelecimentos sionistas e instalações governamentais. A tensão aumentou significativamente a partir de 1933, com a chegada de um grande número de judeus refugiados da Alemanha e da Polônia à Palestina. A situação tornou-se particularmente violenta entre 1936 e 1939, período em que ocorreu a rebelião palestina contra o mandato britânico e a colonização sionista (Gattaz, 2003).

É importante citar que, com o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918, ainda no mandato britânico sobre a região, os judeus iniciaram seu movimento de repatriação, o que provocou protestos dos palestinos. A partir da Segunda Guerra Mundial, houve um aumento significativo na migração de retorno dos judeus, o que exacerbou as tensões com os palestinos, que já se encontravam ressentidos com o controle dos britânicos na área (Guitarrara, 2020).

Além disso, a oposição dos palestinos ao implantar colônias agrícolas coletivas na área disputada prosseguiu esporadicamente, acompanhada de lutas armadas, nas décadas de 1920 e 1930, até a criação do Estado de Israel em 1948. Com a proposta da partilha para divisão em dois Estados, sob controle do Reino Unido, sendo rejeitada pelos Estados vizinhos árabes e a invasão do Estado judeu pelas Forças Armadas oriundas do Egito, Síria, Iraque e Jordânia, levando a primeira guerra contra Israel, que houve um desfecho com um armistício em 1949, mas sem um acordo de paz (Rattner, 2008).

A divisão da Palestina foi ratificada pela ONU em 1947, e no ano seguinte, o Estado de Israel foi criado. A maior parte das terras foi destinada aos judeus pela partilha, uma decisão que não foi bem recebida pelos árabes, que receberam aproximadamente 45% do território. Uma das consequências diretas dessa divisão foi a Guerra da Independência (1948-1949)¹¹. Com o passar dos anos, o território de Israel continuou a se expandir, enquanto a área alocada aos palestinos foi progressivamente diminuindo (Guitarrara, 2020).

Antes da formação do Estado de Israel, os palestinos já utilizavam táticas de guerra irregular para resistir ao aumento da imigração judaica e às ambições sionistas no Oriente Médio. As incursões de guerrilha palestina persistiram após 1948. No entanto, foi apenas após a derrota militar dos exércitos árabes, que estavam mal preparados na Guerra dos Seis Dias¹² em 1967, que a ideia de resistência clandestina realmente ganhou impulso e apoio. O principal líder guerrilheiro palestino era Yasser Arafat, um jovem estudante oriundo de Jerusalém que estudava engenharia no Egito e criador do grupo militante Al-Fatah (Gattaz, 2003).

O Al-Fatah representa a maior facção entre as organizações palestinas afiliadas à OLP, com o objetivo de proteger os direitos dos palestinos e garantir seu território. Esta facção passou a pleitear a formação de um Estado Palestino. A ONU reconhece oficialmente o grupo.

O termo "Fatah" possui significados variados em árabe, podendo ser interpretado como "conquista" ou "abertura", e também é um acrônimo invertido para

¹¹ A Guerra da Independência (1948-1949) foi uma guerra entre os países árabes vizinhos Egito, Síria, Iraque e Jordânia contra o Estado recém-criado judeu, onde o êxodo palestino aumentou, com a conquista de Israel do território que foi destinado aos palestinos segundo a ONU (Gattaz, 2003, p.161-162).

¹² A Guerra dos Seis Dias (junho de 1967) foi o conflito em que Israel ocupou os territórios da Cisjordânia e Jerusalém Oriental (Jordânia), Faixa de Gaza (Egito) e Colinas de Golã (Síria) (Gattaz, 2003, p.16).

"Movimento de Libertação Nacional Palestino", em árabe, "harakat al-tahrir al-watani al-filastini". Yasser Arafat foi, de longe, a figura central do Al-Fatah, tendo sido seu fundador e líder até seu falecimento em 2004 (Goplen; Jensehaugen, 2023).

O Fatah teve sua origem como uma organização pequena no ano de 1958. Entre os seus fundadores estavam Yasser Arafat e Mahmoud Abbas, que mais tarde ocuparam a presidência da Autoridade Palestina. No ano seguinte, em 1959, o Fatah expandiu suas fileiras para incluir 500 novos membros. Nesse mesmo ano, o movimento lançou a revista "Falastinuna", que começou a ser publicada em Beirute, no Líbano, a partir de novembro daquele ano. A revista continuou sendo impressa até 1964 (Goplen; Jensehaugen, 2023).

Conforme Goplen e Jensehaugen (2023) informam, em 1967, após a guerra dos Seis Dias, os palestinos perderam a confiança de que os Estados árabes seriam capazes de liderar o processo de recuperação da Palestina para o seu povo. Essa percepção levou vários dos movimentos palestinos a adotarem uma abordagem ideológica semelhante à do Fatah. Enquanto isso, o Fatah viu seu apoio crescer por ser o primeiro movimento a defender que os próprios palestinos deveriam liderar a luta pela libertação da Palestina. No verão de 1967, o Fatah conseguiu penetrar na Cisjordânia e tentou iniciar uma revolta armada de dentro para fora. Porém, em apenas seis meses, Israel suprimiu essa modesta tentativa de rebelião, levando o Fatah a revisar sua estratégia para uma abordagem de libertação externa. Assim, o Fatah emergiu rapidamente como o principal líder nessa luta de libertação militante.

Porém, foi na Batalha de Karameh, ocorrida em 1968, que consolidou o Fatah. Grupos guerrilheiros palestinos e o próprio Fatah utilizavam com base a cidade fronteiriça de Karameh, quando o Estado de Israel atacou a cidade com a finalidade de eliminar os insurgentes. O Fatah escolheu se defender, resistindo ao ataque israelense, porém os demais grupos palestinos decidiram a retirada (Goplen; Jensehaugen, 2023).

Atualmente, o Fatah desempenha um papel central na Autoridade Palestina, tornando-se um partido governante em vez de um partido de libertação, conforme sua origem. Essa mudança gradual teve início na década de 1970, quando o movimento começou a adotar a ideia de uma solução de dois Estados. Foi o grupo moderado dentro do Fatah que foi instrumental na criação da Autoridade Palestina durante a década de 1990. Entretanto, o grupo radical dentro do Fatah, a Brigada de Al-Aqsa ou

Brigada dos mártires de Al-Aqsa, será a responsável pela eclosão da Segunda Intifada.

A Brigada de Al-Aqsa surgiu em outubro de 2000, em meio ao início da Segunda Intifada, como uma milícia palestina associada ao Fatah, sendo considerada o seu braço armado. Originária do campo de refugiados de Balata, localizado em Nablus, na Cisjordânia ocupada, esta milícia é composta por jovens membros do Fatah que se opunham à abordagem da liderança do partido em relação a Israel. Apresentando uma postura ideologicamente secular, a Brigada de Al-Aqsa é notadamente militante em suas operações. Foi a primeira organização a realizar operações de martírio, até então prerrogativa de outros grupos fundamentalistas, até mesmo superando em número de ações de características ofensivas (Schanzer, 2008).

As brigadas operam como unidades locais em diversas cidades palestinas, obtendo recursos por meio de contribuições privadas, apoio do Fatah, por parte dos radicais, e, em algumas situações, também do Hezbollah¹³, outro grupo extremista que atua do Líbano. Essas brigadas são responsáveis por ataques contra soldados e colonos israelenses na Cisjordânia, além de perpetrarem atentados suicidas em Israel. Esses ataques foram mais frequentes entre os anos de 2001 e 2007, com maior incidência entre 2002 e 2004. Um dos ataques mais letais ocorreu em Tel Aviv, em 2003, resultando na morte de 22 pessoas (Jensehaugen, 2023).

Muitos países consideram a Brigada de Al-Aqsa como um grupo terrorista. Israel conseguiu uma vitória decisiva sobre a brigada. A maior parte dos membros que sobreviveram ao confronto chegou a um acordo com a Autoridade Palestina para se desarmar e se integrar às forças de segurança (Goplen; Jensehaugen, 2023).

O Fatah emergiu como um grupo bem estruturado, com habilidades para se sobressair na política da Autoridade Palestina e representar um problema no âmbito militar para Israel. O grupo evoluiu para uma organização multifuncional, atuando em três áreas interligadas e complementares: primeiro, a promoção do bem-estar social e a formação religiosa, onde o grupo trabalha para melhorar as condições sociais e promover ensinamentos religiosos entre os palestinos; em segundo, a luta armada, cuja organização tem envolvimento em atividades militares, sendo uma das suas

¹³ Hezbollah, o partido de Deus, é uma organização fundamentalista xiita libanesa. Possui dois grandes objetivos: a destruição de Israel e a promoção de uma teocracia islâmica libanesa. (Vizacro, 2018, p.183).

características mais conhecidas na comunidade internacional; e terceiro, a política, com participação ativa com a finalidade de alcançar seus objetivos. A evolução do grupo foi impulsionada por vários aspectos, com destaque para as suas concepções e o apoio popular.

3.3 A Guerra de 2000 a 2005

Nesta seção, descreve os confrontos entre o Fatah, representado pela Brigada de Al-Aqsa, outros grupos extremistas pró-palestina e Israel no período de 2000 até 2005. A Segunda Intifada ou a Intifada de Al-Aqsa foi caracterizada como uma guerra irregular ou não convencional, envolvendo facções radicais, atores que não possuem um Estado, e Israel, um Estado reconhecido pela ONU.

Inúmeros enfrentamentos militares entre árabes e judeus, sendo os árabes atuando em defesa dos palestinos, em 1956, 1967 e 1973¹⁴, juntos de intifadas e a invasão do Líbano, em 1982, ceifou muitas vítimas dos dois lados (Rattner, 2008). A partir do final da década de 1980, os tumultos civis se tornaram tão significativos quanto as incursões dos fedayin¹⁵ vindos do outro lado da fronteira. Os palestinos também perceberam que a divulgação de imagens de suas crianças, armadas apenas com pedras, enfrentando os imponentes tanques israelenses tinha um impacto profundo na opinião pública global. Dessa forma, a subversão ganhou a mesma importância que o terrorismo e a guerra de guerrilhas já tinham na luta palestina. Simultaneamente, o terrorismo internacional foi substituído pelo terrorismo interno. A violência individual foi substituída pela violência coletiva, que ficou conhecida mundialmente como intifadas¹⁶ (Visacro, 2018).

Para falar da Segunda Intifada, deve-se ter um conhecimento resumido da Primeira Intifada, mesmo não tendo requisitos essenciais para dizer que foi uma guerra irregular ou não convencional. A primeira Intifada, ou guerra das pedras, foi uma revolta popular contra Israel que se iniciou em dezembro de 1987, na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, e terminou em setembro de 1993. Durante este conflito, os

14 Em outubro de 1973, no feriado do “dia do perdão”, ocorreu a Guerra de Yom Kippur, onde uma coalizão árabe, liderada pelo Egito, tinha o objetivo de reconquistar os territórios perdidos da guerra dos Seis Dias, em 1967 (Gattaz, 2003, p.165).

15 Termo árabe utilizado para nomear grupos militantes (Salem, 1982).

16 Intifada é um termo árabe que significa, de forma literal, “sobressalto” ou “agitação” (Visacro, 2018).

palestinos, principalmente jovens e crianças, atiravam pedras, paus e coquetéis Molotov nas rotas que levavam às cidades e assentamentos israelenses, colocando, assim, jovens armados com pedras contra um exército israelense bem equipado. No início da Primeira Intifada, Organizações Intergovernamentais como a Comunidade Econômica Europeia, a Liga Árabe e a Organização da Unidade Africana manifestaram preocupação com a situação crítica dos territórios palestinos ocupados e a falta de proteção ao povo palestino (Aguiar, 2011).

Um dos desdobramentos imediatos da Primeira Intifada foi a possibilidade de retorno da liderança da OLP, que estava exilada na Tunísia desde o fim da batalha de Beirute em 1983, durante a guerra civil no Líbano (1975-1983), para a Palestina, estabelecendo-se na Faixa de Gaza. Em 1988, um ano após o começo da revolta, Yasser Arafat, ainda no exílio, proclamou a existência do Estado Palestino. Apesar de Arafat já não ser capaz de controlar a violência de outros grupos militantes, ele continuava sendo visto pela opinião pública local e internacional como o representante legítimo e líder incontestável do povo palestino. Em 1996, o líder do Fatah e da OLP também se tornou presidente de uma nova Autoridade Palestina, denominada Autoridade Nacional Palestina (ANP) (Visacro, 2018).

Paula Aguiar (2011) cita que a OLP teve um papel relevante, desde a sua origem, no conflito entre judeus e palestinos, principalmente no período da Primeira Intifada. André Gattaz (2003) comenta, com a contribuição dos tunisianos a OLP em acordos de paz, da repressão às lideranças palestinas locais, e das punições impostas à população palestina pelo Exército israelense, os combates na Intifada foram diminuindo, sendo em 1991 o conflito parecia terminado, mesmo que tenha durado até 1993, como menos movimento de massas.

Embora a Primeira Intifada não tenha resultado no fim de um conflito palestino-judeu, tornou evidente que a situação real encontrava-se impossível de manter. Em razão de sucessivas guerras entre palestinos, árabes e judeus desde 1948, foram confeccionados no período inúmeros artigos para construção de um acordo de paz ou Declaração dos Princípios. Sendo a Guerra dos Seis Dias a de maior peso para as negociações de paz, a Primeira Intifada foi o conflito que possui uma causa maior para o surgimento destes acordos, entre eles, os Acordos de Oslo¹⁷ (Aguiar, 2011).

17 Ver Anexo B – FIG. 2 – Mapa dos Acordos de Oslo.

Os acordos de Oslo de setembro de 1993, assinados por Yasser Arafat, Presidente da OLP, Yitzhak Rabin, Primeiro-ministro de Israel e Shimon Peres, ministro do exterior israelense, fundamentavam-se no reconhecimento recíproco entre Israel e a OLP. Ficou estabelecido que Israel se retiraria da Faixa de Gaza e de Jericó, com retiradas adicionais de áreas não especificadas da Cisjordânia ao longo de um período de cinco anos. Os resultados evidenciam a desigualdade entre os dois oponentes em termos de territórios controlados, armamentos, apoio político e recursos financeiros disponíveis. Questões adicionais, como a extensão dos territórios, a natureza da entidade palestina a ser formada, o futuro dos assentamentos israelenses, direitos sobre a água, a solução para o problema dos refugiados e o status de Jerusalém foram postergadas, devendo ser abordadas em “negociações finais” a serem concluídas até maio de 1999 (Gattaz, 2003).

Embora tenha obtido avanços significativos, os constantes esforços diplomáticos, intermediados pelos EUA, União Europeia (UE), Rússia e ONU, não conseguiram alcançar uma solução final, devido à rigidez e ao extremismo de ambas as partes. Em novembro de 1995, Yitzhak Rabin, o primeiro-ministro israelense que havia retomado o diálogo com os palestinos e se comprometido a se retirar da Faixa de Gaza e da Cisjordânia, foi morto por um jovem judeu extremista ao sair de um protesto pela paz em Tel Aviv (Visacro, 2018).

Paula Aguiar (2011), em seu trabalho acadêmico, define a consequência dos Acordos de Oslo:

Os Acordos de Oslo fracassaram e em decorrência disto, uma nova revolta palestina eclodiu. Desta vez, no entanto, ao invés de pedras lançadas por jovens, homens adultos armados foram às ruas demonstrar sua revolta com o desfecho do processo de paz iniciado em 1993 (Aguiar, 2011, p.45).

Em julho de 2000, as negociações da Conferência¹⁸ de Camp David¹⁹ fracassaram devido a desacordos sobre questões polêmicas, como o controle de escassos recursos hídricos, o retorno dos refugiados palestinos, a definição das fronteiras da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, o destino dos assentamentos israelenses nessas áreas e a soberania sobre Jerusalém. Assim, o cenário estava preparado para uma Segunda Intifada, que seria ainda mais violenta (Visacro, 2018).

18 Cúpula para Paz no Oriente Médio em Camp David, ocorrida no Estados Unidos, foi uma conferência que tinha a missão de alcançar um acordo final, com base nos Acordos de Oslo de 1993, a partir de negociações, entre o Estado de Israel e OLP (AGUIAR, 2011).

19 Ver Anexo C – FIG. 3 – Acordo de Camp David, 2000.

A nova crise teve início em setembro de 2000, quando Ariel Sharon, então general e futuro primeiro-ministro israelense, visitou a Esplanada das Mesquitas em Jerusalém, um ato visto como profano pelos muçulmanos. No entanto, para as autoridades israelenses, a Segunda Intifada já estava previamente planejada. Na realidade, os militantes palestinos souberam aproveitar a oportunidade dada pela atitude provocadora de Sharon. A Intifada de Al-Aqsa apresentou ataques mais organizados e fatais contra alvos judeus, principalmente, os civis, como também, a estreia na autoria dos atentados de um novo grupo nacionalista vinculado ao Fatah, que seriam a Brigada dos mártires de Al-Aqsa (Visacro, 2018).

Dois acontecimentos aguçaram a premonição para acontecer a Intifada. O primeiro foram os acontecimentos da Nakba em 15 de maio de 2000, quando um ataque violento por parte de uma grande multidão, alguns dos quais armados, foi lançado contra posições das Forças de Defesa de Israel (FDI) perto de Ramallah. As FDI receberam um aviso concreto sobre o incidente e, de fato, as FDI estavam em alerta máximo. O resultado foram cerca de vinte palestinos mortos. Este incidente chocou os colaboradores próximos de Arafat, mas juntamente com o seu efeito dissuasor também despertou um forte desejo de vingança. O segundo acontecimento foi o fracasso das conversações de Camp David, em julho de 2000. Na verdade, foi este fracasso que removeu o último obstáculo a um surto de violência (Eiland, 2010).

De acordo com Giora Eiland (2010), quando a violência eclodiu, tornou-se claro que representava um desafio mais complexo do que o previsto e, na verdade, a preparação do exército era apenas parcial. A dificuldade foi a combinação de cinco fatores. Primeiro, para surpresa de Israel, a violência foi considerada justificada pela opinião pública em muitos países, e foi assim que foi coberta pelos meios de comunicação internacionais. O segundo fator, as respostas israelenses foram consideradas uso excessivo da força militar contra civis. As FDI não providenciaram para que fosse equipado antecipadamente com a quantidade e qualidade exigidas de meios não letais exigidos e, portanto, na falta de alternativa, às vezes era forçado a usar fogo real. O Terceiro fator, havia um dilema a nível diplomático. Dado que foram feitos esforços desesperados para pôr fim à violência, o escalão político deu uma ordem para exercer contenção. As medidas vigorosas tomadas alguns meses antes, em maio de 2000, não puderam ser repetidas. O Quarto fator foi os problemas táticos com a utilização de crianças pelos palestinos em áreas de confronto. E o Quinto e último fator, a extensão dos motins e a sua ocorrência em toda a região da Judeia e

Samaria assim como, na área da Faixa de Gaza tornou-se difícil alocar forças treinadas e suficientemente equipadas para todos os setores.

Da mesma maneira que ocorreu na Primeira Intifada, os primeiros dias foram marcados por protestos pacíficos dos palestinos. Frequentemente, essas manifestações ocorriam em funerais das vítimas de confrontos anteriores, que geralmente culminavam em novos embates com as forças policiais ou militares israelenses, resultando em mais mortes e feridos entre os palestinos. Com o tempo, os pontos de tensão se concentraram nas fronteiras sobre os embates de palestinos com as áreas controladas por Israel, e os postos de controle e veículos blindados das FDI tornaram-se alvos de pedras e coquetéis molotov lançados pelos jovens revoltados. Nessa fase inicial da Intifada, houve uso esporádico de armas de fogo por parte dos palestinos, mas a proteção dos israelenses em bunkers e veículos blindados minimizava o impacto dessas armas (Gattaz, 2003).

Um total de oitocentos e vinte e dois cidadãos israelenses perderam suas vidas nos primeiros anos de conflito. De acordo com relatos de fontes palestinas, no período entre setembro de 2000 e novembro de 2005, 4.162 palestinos foram mortos e outros 8.600 foram detidos pelas forças de segurança. Organizações judaicas questionam esses números, argumentando que eles não distinguem entre os palestinos mortos em atos de violência interna ou a proporção entre combatentes e não combatentes de ambos os lados, o que poderia revelar que uma maior porcentagem de vítimas não combatentes é de israelenses. Israel, que desde a guerra civil libanesa elevou sua desaprovação da opinião pública internacional, obteve com as intifadas uma forte perda, ao ter sua imagem reduzida à condição de um Estado opressor. Além da vitória no campo psicológico, a nova estratégia de luta palestina também demonstrou o mérito por ter contribuído significativamente para provocar um declínio na economia de Israel (Visacro, 2018).

A diminuição de poder de Arafat e da ANP, aliada ao agravamento das condições socioeconômicas nos territórios ocupados e à estagnação das negociações de paz, resultou no fortalecimento dos grupos de resistência islâmicos e marxistas. Esses grupos, muitos dos quais não reconhecem a legitimidade do Estado de Israel, ganharam mais influência. Analistas anteciparam o ressurgimento do terrorismo palestino direcionado a civis israelenses (Gattaz, 2003).

Tal como ocorreu na Primeira Intifada, após um período inicial de manifestações populares espontâneas, as facções de resistência palestinas,

notadamente a Jihad Islâmica²⁰, o Hamas²¹ e a Tanzim, outro grupo extremista e armado do partido Fatah, porém menor que a Brigada de Al-Aqsa, começaram a organizar ações mais intensas e violentas. A Brigada de Al-Aqsa tornou os ataques mais letais, principalmente a partir de 2002, onde pela primeira vez, empregou uma mulher na execução de atentado suicida. Essas ações não só se voltaram contra as forças de ocupação, mas também incluíram ataques dentro de Israel, elevando o número de vítimas israelenses (Schanzer, 2008).

A Segunda Intifada desempenhou um impacto intenso na dinâmica das forças políticas palestinas. A competição entre o Fatah e o Hamas, que são os dois partidos políticos palestinos mais proeminentes, se acirrou. As decisões mal orientadas de Yasser Arafat, presidente da Autoridade Palestina e apoiado pelo Fatah, resultaram em um aumento do apoio ao Hamas por diversos segmentos da sociedade palestina. Conforme citado sobre diminuição de poder de Arafat bem visível, a população palestina continuou lutando contra a FDI, com o objetivo de atingir a meta da criação do Estado palestino. Com tanta violência, principalmente com os ataques suicidas, Israel decide executar uma operação com finalidade de isolar e pressionar o povo palestino: a construção de um muro, com aproximadamente 350km de extensão, isolando a fronteira oriental da Cisjordânia. Porém a operação não foi eficaz (Aguiar, 2011).

Com visão de toda a comunidade internacional na violência deste conflito, em junho de 2002, os EUA anunciaram que os envolvidos deveriam negociar a paz, sem o envolvimento de Arafat, que foi acusado de intransigência durante as negociações diplomáticas e falta de capacidade em conter as forças de segurança da ANP (Aguiar, 2011). Vale ressaltar que Arafat ficou confinado em seu quartel general em Ramal, na Cisjordânia, sendo mantido em cárcere pelas FDI entre dezembro de 2001 até maio de 2002.

Em março de 2002, após um novo ataque suicida perpetrado em conjunto pelo Hamas e a Brigada de Al-Aqsa contra civis israelenses, Israel lançou uma das suas maiores ofensivas militares na margem ocidental do rio Jordão desde a Guerra dos

20 Jihad Islâmica é uma organização árabe que surgiu em 1979 e 1980 no Egito, fundada por estudantes palestinos lideradas por Fathi Shaqaqi e Bashir Musa. Seu principal objetivo é a destruição da “entidade sionista”, ou seja, Israel (Visacro, 2018, p.187).

21 Hamas é a maior e mais influente organização fundamentalista palestina, criada em 1987, com eclosão da Primeira Intifada. Sua ideia central é a criação de um Estado islâmico na Palestina, pressupondo a erradicação de Israel, sendo a guerra santa islâmica o único meio em alcançar a meta (Visacro, 2018, p.186).

Seis Dias. Diversas cidades foram tomadas novamente e campos de refugiados sofreram incursões, resultando na morte de muitos palestinos. A intenção era bloquear a entrada em Israel e reduzir o número de incidentes violentos direcionados aos judeus. A relação entre a Brigada de Al-Aqsa, Al-Fatah e a ANP, sobre o comando de Yasser Arafat criaram tensas discussões. Porém, o movimento nacionalista palestino compreende que o Ocidente e o Estado de Israel classificam terrorismo com uma legítima guerra de libertação nacional, o que torna o terror e a política indissociáveis. Em abril de 2002, Marwan Barghouti, líder da Brigada de Al-Aqsa, foi preso, julgado e sentenciado à prisão perpétua (Visacro, 2018).

Em abril de 2003, uma nova proposta para encerrar o conflito entre palestinos e israelenses foi divulgada pelo Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, representando um esforço conjunto dos EUA, ONU, Rússia e UE. Mahmoud Abbas foi empossado como primeiro-ministro da ANP neste ano. Os palestinos concordaram integralmente com a proposta, que previa a formação de um Estado palestino livre e democrático. Contudo, Israel contestou vários pontos do acordo e exigiu modificações como condição para prosseguir com as negociações de paz, o que comprometeu a eficácia do acordo. Devido a essas divergências, o processo de paz não progrediu. A ANP havia se mostrado comprometida em cumprir o acordo desde o início, chegando a declarar uma trégua de três meses após o término das negociações com Israel. No entanto, Israel não só deixou de cumprir a primeira etapa do acordo como também ampliou suas operações militares durante o cessar-fogo da ANP. Apesar disso, o primeiro-ministro israelense Ariel Sharon aceitou o acordo e apoiou a ideia de um Estado palestino, embora tenha expressado objeções a quatorze itens do documento (Aguiar, 2011).

Em fevereiro de 2004, o anúncio do plano de retirada por Sharon causou grande repercussão internacional. O plano recebeu aprovação em junho de 2004, com previsão de que as primeiras retiradas aconteceriam na Faixa de Gaza e na parte norte da Samaria, localizada na Cisjordânia. A Câmara Legislativa de Israel, o Knesset, ratificou o plano em outubro de 2004, e a implementação começou dezoito meses depois do anúncio, efetivando-se em 2005 (Aguiar, 2011).

Quando Yasser Arafat, considerado por muitos o precursor do terrorismo moderno, veio a falecer em novembro de 2004, foi abandonado um legado de cinco décadas dedicadas à causa nacional palestina. Apesar de seu compromisso, a paz e a prosperidade permaneceram distantes para o povo palestino. As negociações

diplomáticas, apesar de mediadas pela comunidade internacional, não conseguiram oferecer uma solução concreta para o conflito prolongado, nem abordar as causas profundas que perpetuam o sofrimento de palestinos e israelenses. A persistente incompatibilidade entre as aspirações dos dois povos semitas continuou a alimentar a violência na região do Oriente Médio. Após a morte de Arafat, a Brigada de Al-Aqsa recebeu uma nova designação, denominada Brigada do Mártir Yasser Arafat (Visacro,2018).

Com a retirada dos exércitos israelenses e definido um acordo em comum, em agosto de 2005, Israel cessou toda a sua atividade militar contra os palestinos e seus grupos extremistas. A duração do processo foi de três semanas, sendo liberada a Faixa de Gaza, quatro comunidades ao norte da Samaria, quatro comunidades na Cisjordânia, terminando a Segunda Intifada em setembro de 2005. Por mais que Israel afirmou o fim do domínio militar, os assentamentos localizados em Gaza permaneceram como uma forma de argumentar a ocupação da Cisjordânia (Aguiar, 2011).

Sobre o Fatah, o partido evoluiu de um grupo de guerrilheiros que tinha como missão o combate armado contra Israel a uma entidade que tem como meta soluções pacíficas e diplomáticas dentro da ANP. O Fatah é uma força política significativa na Cisjordânia. Embora tenha perdido sua influência na Faixa de Gaza para o Hamas em 2007, dois anos após o término da Intifada, além de existirem ideologias e estratégias distintas entre os dois grupos para a fundação do Estado da Palestina, a organização ainda mantém uma forte presença no poder palestino. No entanto, ela continua associada a atividades militantes e terroristas, tendo laços com a Brigada de Al-Aqsa, grupo extremista originário do partido. Atualmente, o Hamas e o Fatah são os dois partidos dominantes na política palestina, compartilhando o mesmo objetivo de construir um Estado palestino.

Face ao exposto, verifica-se que é inegável a influência na política palestina do Fatah, ocupando um papel central na ANP e na busca incessante pela autodeterminação. O Partido continua a ser um defensor fundamental da criação de um Estado Palestino soberano, apontando uma solução de dois Estados que coexistam pacificamente. Apesar dos desafios e das complexidades do cenário político, o Fatah mantém seu compromisso com a diplomacia e o diálogo como meios para alcançar seus objetivos nacionais, refletindo a aspiração de seu povo por liberdade e dignidade.

4 TEORIA X REALIDADE

O segundo capítulo apresentou os conceitos fundamentais para uma compreensão aprofundada deste estudo, com ênfase no modelo teórico proposto por David Galula. No capítulo subsequente, foram explorados elementos referentes à fundação do Estado de Israel, à histórica da Palestina e ao surgimento do movimento Al-Fatah e a Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, tendo o objetivo de estabelecer o contexto dos eventos que levaram à Segunda Intifada.

Inicia-se neste capítulo a avaliação do exemplo específico selecionado, comparando-o com os elementos da teoria de Galula já argumentados, visando especialmente no apoio da população para determinar se há ou não conformidade. Com base no que foi apresentado, examina-se a trajetória das estratégias do Al-Fatah desde sua fundação, tentando estabelecer uma relação com a conformidade às estratégias de contrainsurgência sugeridas por Galula, isto é, aquelas relacionadas ao apoio popular como o centro da campanha e as principais estratégias para conquistar a confiança da população.

Assim, sobre a primeira lei informada, o Coronel David Galula (1964) destaca como é vital o apoio da população, para ambos os lados do conflito, na busca pelo objetivo: a vitória. Ganhar esse apoio envolve construir um laço de lealdade com a sociedade que se estabelece no território.

Quanto a isso, foi observado que o Al-Fatah adotou diversas maneiras para conquistar a confiança dos palestinos, sendo sua origem voltada no movimento de libertação da Palestina, protegendo os direitos do seu povo. Com o Fatah, os palestinos sentiram que tão logo teriam o território disputado só para eles, enquanto a visão deles sobre as FDI fosse como um “poderoso inimigo”. É possível dizer que, no começo, Al-Fatah não conseguiu o apoio completo do povo palestino, já que suas ações como uma resistência armada não demonstravam confiança para a criação de um Estado Palestino, principalmente após a derrota na Guerra dos Seis Dias, em 1967, junto com outros grupos radicais pró-palestinos. Porém, o grupo viu o crescimento do apoio da população por ser o movimento que se importava com a vida de cada palestino.

A mudança de estratégia do Al-Fatah para buscar negociações em vez de resistência armada é vista como um alinhamento com a lei de Galula, onde o apoio

da população foi relevante a partir da confiança e estabilidade em vez de violência contínua.

Essa transição do Al-Fatah reflete uma compreensão da importância do apoio popular na luta pela autonomia e reconhecimento palestino. Ao adotar uma abordagem mais política e menos militarista, a organização reconheceu que o apoio do povo é um recurso importante na busca por seus objetivos nacionais.

Quando discute os pontos da segunda lei, menciona que é essencial conquistar a minoria ativa em diferentes áreas, como militar, política, social, econômica ou psicológica, para que a maioria neutra da sociedade se posicione contra a minoria opositora. É importante que essa minoria ativa realmente apoie a causa e compreenda suas razões (Galula, 1964).

Diante disso, Al-Fatah tem trabalhado para obter o apoio de uma população diversificada dentro dos territórios palestinos, sendo os principais a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, sendo esta última sob controle do Hamas. Embora, originalmente, tenha sido um movimento ligado à luta armada, tendo o poder militar no seu controle, com o tempo, o grupo evoluiu para uma organização política que busca negociar e alcançar objetivos políticos, econômicos e sociais por meios menos violentos e com mais diálogos, sendo aberto as demais organizações extremistas para união em prol da criação do Estado palestino e contra as ações militares de Israel. Isso pode ser visto como uma aplicação da segunda lei de Galula, onde a organização procura ganhar o apoio da população neutra para fortalecer sua posição contra adversários e promover sua agenda política.

Ao se tornar parte da estrutura governamental palestina e buscar soluções políticas e diplomáticas, Al-Fatah parece estar seguindo a ideia de Galula de que o apoio popular é essencial para o sucesso a longo prazo e que a violência contínua pode alienar a população neutra para alcançar uma vitória sustentável.

De acordo com a terceira lei de Galula, para que a população apoie uma causa de forma consistente, é essencial que ela tenha confiança na possibilidade de vitória, mesmo que faça parte do grupo considerado mais fraco, como o dos insurgentes, que normalmente têm menos recursos e organização. Além disso, é importante que a população se sinta segura e protegida contra os ataques dos adversários (Galula, 1964).

A relação entre a terceira lei de Galula e Al-Fatah durante esse período pode ser vista na tentativa do grupo de manter o apoio da população palestina. Ao mesmo

tempo em que participava do levante, Al-Fatah também buscava legitimidade política e apoio internacional. Isso reflete a complexidade da situação, onde o grupo teve que equilibrar as demandas de segurança e sucesso político para manter o apoio da população.

Vale ressaltar a grande “arma” utilizada para combater os israelenses: os atentados terroristas, com emprego de terroristas suicidas, praticados pela Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, grupo ligado ao Fatah. Esse tipo de “arma” ocasionou danos colaterais físicos e psicológicos ao povo israelense e nas FDI, criando questionamentos sobre a habilidade do adversário de proteger seu território e seu povo, por meio das ações da Brigada de Al-Aqsa que demonstravam conformidade com os princípios estabelecidos por David Galula dos oito passos. Lembrando de que o povo palestino não tem, ou nunca teve na história, empatia com os judeus.

De acordo com Jonathan Schanzer (2008), a Brigada dos Mártires de Al-Aqsa foi responsável pelos atos violentos nas ações da Segunda Intifada, gerando acusações da comunidade internacional ao Fatah e a Yasser Arafat, que comandava a ANP, de 05 de julho de 1994 até a sua morte, em 11 de novembro de 2004, prejudicando a ascensão política do grupo na luta pela liberdade da Palestina.

Após a morte de Arafat, ao proporcionar uma sensação de segurança e estabilidade, e ao buscar soluções políticas para o conflito com Israel, Al-Fatah comprovou o alinhamento com a terceira lei de Galula. Isso porque ao oferecer segurança e potencial sucesso em seus objetivos políticos, Al-Fatah pode ganhar o apoio condicional da população.

Na sua quarta lei, Galula (1964) destaca a relevância da força e do alcance dos esforços militares, que demandam uma concentração ampla e integrada de recursos. Esse princípio torna-se evidente ao observarmos a Segunda Intifada, como visto no capítulo anterior. Durante este período, Al-Fatah enfrentou o desafio de equilibrar a intensidade de suas ações, a partir da concentração da população contra a FDI. O grupo precisava mobilizar apoio popular, mas também enfrentava a necessidade de evitar excessos que alienassem a população, sobretudo com os ataques terroristas da Brigada de Al-Aqsa, onde o efeito colateral tornou-se perigoso a própria população, como os atentados suicidas. A busca por intensidade adequada nas operações militares e políticas foi determinante.

Com isso, Al-Fatah procurou adquirir a legitimidade política e o apoio internacional. Isso exigiu esforços intensos para articular sua causa e obter

reconhecimento, participando das negociações de paz com Israel e os demais países da comunidade internacional que tinham a missão de terminar o conflito armado, que estava demonstrando uma enorme catástrofe sem limites de violência na região do Oriente Médio, sendo o sofrimento inenarrável aos povos palestinos e judeus.

Após analisar a teoria em contraposição à realidade da insurgência, de acordo com a teoria de Galula, do grupo Al-Fatah na luta contra Israel, fica evidente o papel dos palestinos como fator determinante para o insucesso das forças armadas israelenses na luta contra o Fatah e os demais grupos extremistas envolvidos, sendo necessário um acordo de paz no intuito de encerrar o conflito, após quase cinco anos. No contexto da Segunda Intifada, o Al-Fatah obteve um nível de equilíbrio que lhe permitiu angariar o apoio e a confiança de muitos palestinos. Isso foi possível por meio de uma combinação estratégica de recursos políticos, sociais e militares. Além disso, com a falta de confiança da população israelense em relação às suas forças militares, foi gerada uma desaprovação da comunidade internacional diante das ações do Estado de Israel.

Por fim, chegando ao término do desenvolvimento deste trabalho, o próximo e último capítulo estão abordadas as conclusões. Além disso, estão discutidas possíveis linhas de ações para pesquisas futuras relacionadas a este tema e suas implicações para a MB.

5 CONCLUSÃO

Considerando a dificuldade em explorar o fenômeno da guerra irregular, principalmente, nos dias atuais, observa-se que o lado aparentemente mais fraco consegue prevalecer sobre o mais forte. Nesse contexto, este estudo se concentra na análise da insurgência do grupo Al-Fatah e seu braço armado, a Brigada de Al-Aqsa, durante a Segunda Intifada, em confronto com o Estado de Israel. Contudo, foi utilizada como base teórica as leis formuladas por David Galula, sendo examinadas sob a perspectiva do insurgente.

Analisando o fenômeno da insurgência do grupo Al-Fatah no combate ao Estado de Israel na Segunda Intifada, surge a seguinte indagação: as atuações desse grupo aderiram a teoria de contrainsurgência de David Galula, em relação ao apoio da população? Este trabalho afirma que houve aderência por parte do lado insurgente, sendo crucial quando o grupo ingressou na política, angariando apoio de boa parte da população.

No quarto capítulo, os elementos essenciais da teoria selecionada com as ações do Fatah desde sua fundação até o início do conflito foram correlacionados. Pode-se dizer que, apesar de, inicialmente, o grupo fixar suas atividades na busca de suporte fundamental dos palestinos, houve aderência ao padrão amplamente utilizado pelo Coronel David Galula, conforme as quatro leis e os oito passos mencionados no segundo capítulo deste trabalho.

Examinando as leis de contrainsurgência de Galula, este trabalho expôs os conceitos sob a perspectiva do insurgente, com o intuito de fornecer uma compreensão aprofundada. No entanto, essa abordagem não comprometeu o argumento principal de seu modelo teórico: a população, identificada como fator primordial na guerra irregular, fundamental nas leis formuladas por ele.

Assim sendo, o propósito do trabalho foi responder se as ações do Al-Fatah foram aderentes à estratégia das leis de contrainsurgência e dos oito passos, desenvolvida no modelo teórico de David Galula. Conclui-se que houve aderência as quatro leis, onde são conceituadas, resumidamente: a relação dos insurgentes com população, ganhando seu apoio, e a visão da estratégia de forma planejada, executada, flexível e adaptável, com suporte da população. Em relação a teoria do oito passos, foram aderidos os dois passos: o terceiro e o sexto. Sobre o terceiro passo, que é estabelecer contato com a população e controlar seus movimentos, Al-

Fatah interagiu com a população palestina, buscando apoio e influência. Isso envolveu estabelecer conexões e controlar os movimentos dos civis para evitar colaboração com a guerrilha. No sexto passo, que é testar as autoridades atribuindo-lhes tarefas e organizar unidades de autodefesa, o grupo palestino formou estruturas de autogoverno e unidades de autodefesa para fortalecer sua posição.

A pesquisa realizada das atividades do Al-Fatah evidencia que sua legitimidade para enfrentar Israel se consolidou ao longo do tempo, atraindo um número crescente de seguidores. Esse processo não apenas impulsionou na ascensão política do grupo, mas também o fortaleceu militarmente, progredindo de táticas de guerrilha simples, onde foi usado emboscadas, ataques rápidos e evasões para desestabilizar o adversário, ou até mesmo, severas, como de terrorismo, com o objetivo de impactar e atrair atenção a comunidade internacional para sua causa. Além disso, o Al-Fatah conquistou apoio e prestígio na esfera social, especialmente ao auxiliar a população palestina mais vulnerável, demonstrando responsabilidade por meio de sua organização eficaz e habilidades militares.

Neste cenário, surgem duas novas indagações: Será que os desdobramentos dos conflitos, ainda persistentes, entre Al-Fatah e a Brigada de Mártires de Al-Aqsa durante a Segunda Intifada teriam sido diferentes se Israel tivesse enfrentado as fontes que sustentam o apoio popular ao grupo? O Estado de Israel percebeu a transformação do Al-Fatah, que migrou seu foco dos aspectos políticos para o Movimento de Libertação da Palestina, com o objetivo de conquistar maior apoio? Essas questões servem como sugestões para futuras pesquisas sobre o tema, baseadas em um estudo minucioso das ações de Israel e as FDI.

Vale enfatizar que a Segunda Intifada, marcada pela resistência do grupo Al-Fatah e a atuação da Brigada dos Mártires de Al-Aqsa, reflete a complexidade dos conceitos de violência e violência cultural institucionalizada, descritos no segundo capítulo deste trabalho. Este conflito armado não apenas perpetuou uma "cultura da violência", mas também ressaltou a profundidade da desesperança que pode levar indivíduos a sacrificar suas vidas em nome de uma causa. A adoção de táticas extremas por parte das crianças palestinas, comparáveis às das crianças-soldados da África subsaariana e dos jovens em áreas urbanas brasileiras, evidencia um ciclo vicioso onde a violência se torna uma linguagem comum e uma resposta agravada à opressão percebida. Assim, a Segunda Intifada não só confirma os conceitos citados,

mas também destaca a necessidade urgente de abordagens que quebrem esse ciclo, promovendo soluções pacíficas e sustentáveis para conflitos enraizados.

É importante ressaltar a significativa relevância para a MB dos conceitos argumentados neste estudo no que se refere à guerra não convencional e suas diversas manifestações, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

No âmbito externo, o Brasil tem participado em operações de paz sob o amparo da ONU. Nessas operações, o Estado brasileiro contribui significativamente para a segurança e estabilidade dessas regiões, como exemplos: o fornecimento de tropa na operação de paz no Haiti, no período de 2004 e 2017, apoiando os esforços de reconstrução e estabilização do país; o emprego da MB no Líbano, com envio de meios navais e aeronavais para missão de patrulha naval no mar mediterrâneo, com objetivo de coibir o contrabando de armas, sendo até nomeado pela ONU um oficial general da MB como Comandante da Força Tarefa (CFT); e no Bahrein, colaborando para garantir a estabilidade e a segurança na região. Essas iniciativas refletem o compromisso do Brasil em lidar com os desafios da guerra irregular e contribuir para a paz global, consolidando sua presença no cenário internacional.

No âmbito interno, há um aumento na presença e atividade de organizações criminosas no Estado brasileiro. Essas organizações exigem empenhos interligados com os princípios de contrainsurgência, semelhantes às operações de Garantia da Lei e da Ordem. As atribuições dessas organizações assemelham-se às táticas empregadas em uma guerra irregular, com feitos coordenados e de acesso restrito, frequentemente ocorrendo em áreas controladas por poderes não estatais. A população destas áreas também é fundamental no conflito, sendo seu apoio a principal meta para o sucesso das operações estatais.

Em suma, a Segunda Intifada foi um conflito assimétrico, no qual grupos insurgentes palestinos empregaram táticas não convencionais contra as forças militares de Israel, como o Al-Fatah. Mesmo após o término da Intifada, em 2005, outros conflitos ocorreram entre as FDI e outras facções extremistas e antissionistas, como no Líbano, em 2006, contra o Hezbollah, e na faixa de Gaza, contra o Hamas, desde outubro de 2023, onde este conflito ainda continua.

Desta forma, a análise da Segunda Intifada oferece à MB percepções relevantes de como enfrentar ameaças assimétricas em operações de segurança marítima. Durante esse conflito, a guerra irregular desafiou as forças de segurança, envolvendo táticas não convencionais, como terrorismo, insurgência e conflitos

urbanos. Ao estudar as estratégias e lições aprendidas nesse contexto, a MB pode adequar suas abordagens para lidar com ameaças semelhantes, como pirataria, tráfico de drogas, terrorismo marítimo e o emprego do Corpo de Fuzileiros Navais em operações terrestres, como nas operações em áreas controladas por grupos criminosos, a partir de treinamento, simulações, capacitação de pessoal, inteligência e coleta de informações. A capacidade de adaptar as estratégias e táticas para enfrentar essas ameaças é primordial, fortalecendo a defesa territorial e marítima.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Paula. **Os acordos de Oslo (1993) – Consequência e causa das Intifadas**. Porto Alegre, 2011.

ARIELI, Shaul. **Camp David peace plan proposal 2000**. REDDIT. Disponível em: https://www.reddit.com/r/interertingasfuck/comments/174j2vb/camp_david_peace_plan_proposal_2000/ Acesso em: 24 mai.2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD-35-G-01: Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília. 2015. 294p. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRITANNICA. **Battle of Ipsos Mesopotamian history**. Encyclopedia Britannica. 2017. Disponível em: www.britannica.com/event/Battle-of-Ipsos. Acesso em: 17 de jun. 2024.

BRITANNICA. **Battle of Issus Persian History**. Encyclopedia Britannica. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Battle-of-Issus-Persian-history>. Acesso em: 17 de jun. 2024.

BRITANNICA. **History of Palestine**. Encyclopedia Britannica. 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Palestine/History#ref484709>. Acesso em: 21 de mai.2024.

BRITANNICA. **Transjordan, the Hashemite Kingdom and the Palestine War**. Encyclopedia Britannica. 2024. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Jordan/Transjordan-the-Hashemite-Kingdom-and-Palestine-war>. Acesso em: 17 de jun. 2024.

EILAND, Giora. **The IDF in the Second Intifada**. Strategic Assessment. Volume 13, nº 3. INSS. 2010.

FREUND, Julien. **Sociología del Conflicto**. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. 310 p.

GALULA, David. **Counterinsurgency Warfare: Theory and Practice**. Westport, Connecticut, London: Praeger Security International, 1964. 143p.

GATTAZ, André. **A guerra da Palestina: da criação do Estado de Israel à nova Intifada**. 2. ed. São Paulo. Usina do livro. 2003. 240 p.

GIL, Abel. 2018. **Siete décadas de conflicto israelí-palestino**. El Orden mundial. Disponível em: <https://elordenmundial.com/mapas-ygraficos/siete-decadas-de-conflicto-israeli-palestino/>. Acesso em: 24 mai.2024

GOPLÉN, Adne; JENSEHAUGEN, Jorgen. **Fatah**. Store Norske Leksikon. Oslo. 2023. Disponível em: <https://www.snl.no/Fatah>. Acesso em: 03 mai.2024.

GUITARRARA, Paloma. **Palestina**. Brasil Escola. 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/palestina.htm>. Acesso em 21 mai. 2024.

JENSEHAUGEN, Jorgen. **Brigada Aqsa**. Store Norske Leksikon. Oslo. 2023. Disponível em: <https://www.snl.no/Aqsa-brigaden>. Acesso em: 03 mai.2024.

MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. Organizador. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MUSLIH, Muhammed. **The origins of Palestinian Nationalism**. Nova York. 1988.

RATTNER, Henrique. **Israel e Paz no Oriente Médio**. 1. ed. São Paulo: Nobel, 2008.

RESEARCH GATE. **Fractured oversight: The ABCs of cultural heritage in Palestine after the Oslo Accords**. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/map-of-Areas-A-B-and-C-after-OsloII_fig1_276258691. Acesso em: 24 mai.2024.

SALEM, Helena. **O que é a Palestina?** 1. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

SAND, Shlomo. **A invenção da terra de Israel: da Terra Santa à Terra Pátria**. 1. ed. São Paulo: Benvirá, 2014. 370p.

SCHANZER, Jonathan. **Hamas vs. Fatah**. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

THOMAZ, Danilo; DE MELO, Alexandre. **Israel e Palestina: entenda a origem do conflito**. Revista Abril. São Paulo. 2023. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/israel-e-palestina-entenda-a-origem-do-conflito>. Acesso em: 21 mai.2024.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. 1ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Contexto, 2018. 386p.

ANEXOS

ANEXO A – A formação do Estado hebreu

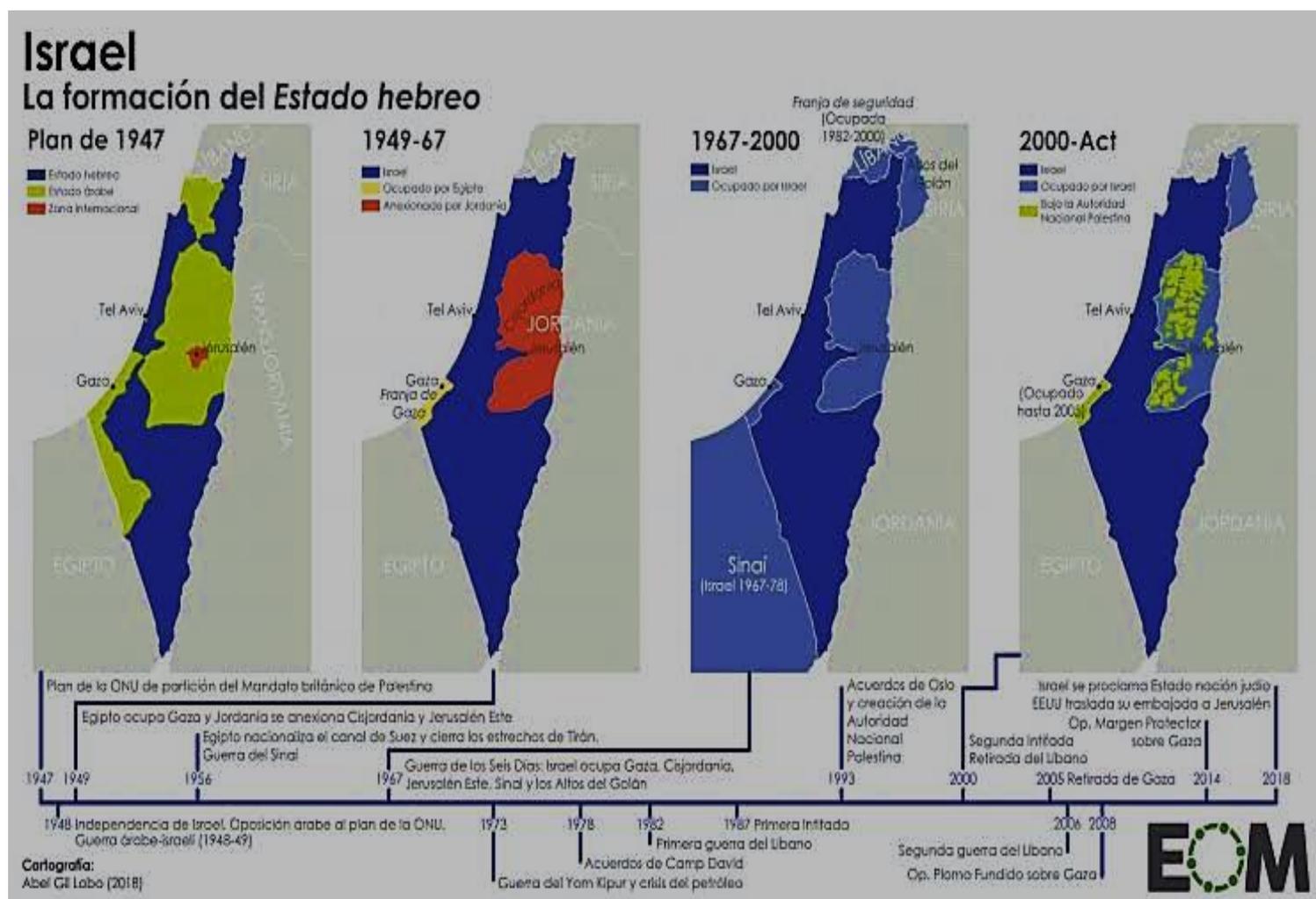


Figura 1 – A formação do Estado hebreu.

Fonte: GIL, Abel. 2018. Disponível em: <<https://elordenmundial.com/mapas-y-graficos/siete-decadas-de-conflicto-israeli-palestino/>>

Acesso em: 24 mai.2024

ANEXO B – Mapa dos Acordos de Oslo.

Oslo II Map Outlining Areas A, B, and C



Figura 2 – Mapa dos Acordos de Oslo.

Fonte: RESEARCH GATE. Disponível em:

<[https:// www.researchgate.net/figure/map-of-Areas-A-B-and-C-after-Oslo-II_fig1_276258691](https://www.researchgate.net/figure/map-of-Areas-A-B-and-C-after-Oslo-II_fig1_276258691)>

Acesso em: 24 mai.2024

ANEXO C – Acordo de Camp David, 2000.



Figura 3 – Acordo de Camp David, 2000.

Fonte: REDDIT. Disponível em:

<https://www.reddit.com/r/interertingasfuck/comments/174j2vb/camp_david_peace_plan_proposal_2000/>

Acesso em: 24 mai.2024